



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
DIREÇÃO-GERAL

Tribunal de Contas RS	
Fl. 232	Rub. 8



Of. DG nº 7119/2015
Proc. nº 001485-02.00/09-1

Porto Alegre, 16 de setembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Cesar Tadeu Paier
Prefeito Municipal de Barra do Guarita
Rua Sobradinho, 9
98530-000 - Barra do Guarita - RS



Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Encaminho a Vossa Excelência, para fins de cobrança, a Certidão de Decisão nº 0968/2015, cujo débito correspondente encontra-se pendente de comprovação de recolhimento até a presente data.

A propósito do tema, destaco que por força do artigo 71, § 3º, da Carta Magna, bem como dos artigos 68, caput, e 70 da Lei Orgânica do TCE/RS, as decisões desta Casa que resultem na imputação de débito ou aplicação de multa possuem eficácia de título executivo, sendo dotadas, portanto, de plena exequibilidade.

Assim, cabe alertar Vossa Excelência que, caso reste inexitosa a cobrança administrativa do débito, a cobrança judicial do título extrajudicial acima citado poderá ser realizada por quaisquer das seguintes formas:

- Execução de título extrajudicial, com base no art. 585, inciso VIII, do Código de Processo Civil, inclusive com requerimento de que se imprima o rito do art. 652 do citado Diploma.

- Execução fiscal na forma da Lei Federal nº 6.830/80, devendo, neste caso, ser realizada previamente a inscrição em dívida ativa, respeitados os requisitos previstos no artigo 2º, parágrafos 5º e 6º da citada lei, e emissão pelo Ente de Certidão de Dívida Ativa, que gozará inclusive do benefício da ordem de preferência em relação a outros créditos, nos termos do § 4º do art. 4º da Lei de Execução Fiscal.

Cabe lembrar, no entanto, que débitos cuja exigência seja de responsabilidade de entidades integrantes da Administração Indireta, com exceção de Autarquias, somente poderão ser cobrados pela primeira forma, consoante se denota da interpretação do artigo 1º da Lei Federal nº 6.830/80.

Alerto, por oportuno, que as medidas de cobrança adotadas deverão ser comunicadas e comprovadas perante esta Direção-Geral no prazo de até 90 (noventa) dias contados do recebimento do título em anexo, conforme preconiza o inciso III do artigo 14 da Resolução



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
DIREÇÃO-GERAL

Tribunal de Contas RS	
Fl. 2323	Rub. 8


TCE
150 9001

nº 1039/2015¹, ensejando o seu desatendimento pronta comunicação ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e à Procuradoria-Geral de Justiça, nos termos do § 1º do citado artigo. Saliento, ainda, que a inércia na adoção de medidas tendentes ao cumprimento da decisão desta Corte será objeto de verificação em futuras auditorias pelo corpo técnico desta Corte.

A comprovação de pagamento deverá ser apresentada ao Tribunal de Contas nos prazos estabelecidos nos incisos IV e V do artigo 14 da citada Resolução.

Por fim, informo que na home page deste Tribunal (www1.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/tcers/consultas/processos_e_documentos) estão disponíveis o inteiro teor da Decisão e do Relatório e Voto referentes ao processo em epígrafe, bem como o das respectivas Decisões Recursais.

Atenciosamente,


Valtuir Pereira Nunes,
Diretor-Geral.

/SECALC/LGPD

¹ Disponível em: <http://www1.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/tcers/consultas/legislacoes/atos_normativos_tcers>



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
DIREÇÃO-GERAL

Tribunal de Contas RS	
Fl. 2334	Rub. 8



Of. DG nº 7120/2015
Proc. nº 001485-02.00/09-1

Porto Alegre, 16 de setembro de 2015.

A(o) Ilustríssimo(a) Senhor(a)
Responsável pelo Controle Interno
Prefeitura Municipal de Barra do Guarita
Rua Sobradinho, 9
98530-000 - Barra do Guarita - RS

Prezado(a) Senhor(a),

Informo a V. Sa. que foi encaminhada, ao Administrador desse Município, por meio do Ofício DG nº 7119/2015, a Certidão de Decisão/Título Executivo nº 0968/2015, que qualifica como responsável o Senhor Cesar Tadeu Paier, bem como o correspondente Demonstrativo de Débito.


Outrossim, sugiro que seja dada ciência do conteúdo deste ofício aos responsáveis pela Contabilidade e pela área jurídica desse Executivo, para as providências quanto ao registro desses créditos e, se for o caso, à propositura de ações de cobrança.

Aproveito para informar que quaisquer medidas de cobrança, adotadas pela autoridade competente, deverão ser comunicadas e comprovadas perante esta Direção-Geral, conforme preconiza o inciso III do artigo 14 da Resolução n. 1039/2015¹.

Saliento, ainda, que a inércia na adoção de ações tendentes ao cumprimento da decisão desta Corte será considerada por ocasião da apreciação das contas, nos termos do § 2º do artigo 14 da sobredita Resolução.

Por sua vez, os documentos comprobatórios dos pagamentos deverão ser remetidos ao Tribunal de Contas nos prazos estabelecidos nos incisos IV e V do artigo 14 da citada Resolução.

Atenciosamente,


Valtuir Pereira Nunes,
Diretor-Geral.

/SECALC/LGPD



¹ Disponível em: <<http://www.tce.rs.gov.br/Consulta/Legislação/Atos Normativos do TCE/RS/Resolução>>



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO-GERAL

Tribunal de Contas RS	
Fl. 2335	Rub. 8



Of. DG nº 7549/2015

Porto Alegre, 28 de setembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Euzébio Fernando Ruschel
Procurador-Geral do Estado
Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul
Nesta Capital

C Ó P I A
R E C E B I D O
Data: ____/____/____
NOME LEGÍTIMO E MATRÍC.

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral:

Em atendimento ao disposto na Resolução n. 1039/2015 desta Corte de Contas, encaminho a Vossa Excelência, para fins de cobrança, as Certidões de Decisão – Títulos Executivos, abaixo relacionadas, cujo montante, segundo nossos controles, pendem de recolhimento aos Cofres do Estado até a presente data:

Processos nº.	Certidões nº.
001042-02.00/10-7	0892/2015
004688-02.00/13-6	0944/2015
003681-02.00/07-5	0962/2015
006960-02.00/10-5	0966 e 0967/2015
001485-02.00/09-1	0969/2015
006808-02.00/07-8	0980/2015

Original encontra-se
no processo nº
7-011 0020-2707

Comunico, ainda, que as peças processuais correspondentes, inclusive as relativas a eventuais recursos, poderão ser acessadas por meio da *home page* deste Tribunal, no endereço http://www.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/tcers/consultas/processo_e_documentos.

Solicito-lhe, por fim, que, uma vez realizados os recolhimentos devidos, seja dada ciência do fato a esta Corte de Contas, com vistas à atualização dos correspondentes registros.

Atenciosamente,

Valtuir Pereira Nunes,
Diretor-Geral.

RECEBIDO
28 SET 2015
Amorade Protocolo - PGE

VSM